

Governo deve Cz\$ 1,1 trilhão

Em um só semestre, dívida pública interna cresce 219%

ADEMAR SHIRAIISHI
Da Editoria de Economia

A dívida pública interna da União cresceu, somente ao primeiro semestre deste ano, 219% e atingiu Cz\$ 1,146 trilhão, sem contar os títulos da carteira do Banco Central. Os papéis em circulação exigem do Tesouro Nacional o pagamento anual de encargos globais equivalentes a 8 a 10% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme estimativas do próprio Banco Central — A Fundação Getúlio Vargas apontou o percentual de 10,93% já em 1985.

Como não tem capacidade financeira de promover o resgate líquido da dívida interna, o Tesouro cobre a

correção monetária dos seus papéis com a emissão de novos papéis e paga apenas os encargos reais do endividamento interno. Por isso, o Plano de Controle Macroeconômico do Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, projetou, para este ano, o impacto dos juros da dívida interna de apenas 3,6% do PIB — mesma taxa de 1986 — na decomposição dos gastos do setor público.

A projeção de 3,6% do PIB exclui não só a correção monetária da dívida interna como também o desconto oferecido na colocação das Letras do Tesouro Nacional (LTN). O Banco Central adota conceito quase que idêntico ao utilizado na apuração do déficit pú-

blico operacional dentro da metodologia do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para o Banco Central, a relação entre encargos globais e o PIB não serve de parâmetro para dimensionar o peso da dívida pública no total de gastos governamentais, quando a inflação atinge 200 a 300%.

Com tal nível de correção monetária, os encargos globais da dívida pública tornam, conforme o

CORREIO BRAZILIENSE ouviu no Banco Central, absurdamente negativa a carga tributária líquida, considerando que o estoque dos papéis em circulação superam a receita fiscal estimada em Cz\$ 960 bilhões, este ano. Por isso, o Banco Central rejeita os indicado-

res da Fundação Getúlio Vargas de que os custos da dívida tem peso maior que os salários, na formação do déficit público.

Após o crescimento real de 11,5% no primeiro semestre, a dívida interna depende do acúmulo de superávit fiscal para reduzir a pressão sobre o déficit público. Com menos gastos do Governo, a emissão de títulos ficará restrita à rolagem do principal e à cobertura da correção monetária e dará margem para o corte dos encargos reais e para a ampliação da poupança privada. Juros menores reduzem a realimentação da própria dívida e geram poupança para o financiamento dos investimentos do setor privado.